



# Prefeitura de Três Corações

“Terra do Rei Pelé”

**LEI Nº 5.125/2024**

**Institui o Programa Municipal de Recuperação Fiscal – REFIS 2024.**

O Povo do Município de Três Corações, por seus representantes na Câmara Municipal aprovou, e eu, em seu nome sanciono a seguinte Lei:

## **CAPÍTULO I**

### **PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE DÉBITOS**

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Recuperação Fiscal – REFIS 2024, que estabelece condição especial para quitação de dívida e/ou débitos para com o Município, de natureza tributária e não tributária inscrita em dívida ativa ou não, que se encontre em cobrança judicial ou em procedimento administrativo.

Art. 2º Poderão aderir ao Programa Municipal de Recuperação Fiscal – REFIS 2024, para fins de quitação à vista, as dívidas de responsabilidade do aderente, de natureza tributária e não tributária, cujo fato gerador tenha ocorrido até a data estabelecida em Decreto Municipal.

Parágrafo único. Considera-se dívida ativa municipal, para efeito desta lei, o valor compreendido, além do débito principal, os juros de mora, a multa e a correção monetária incidente até a data do pagamento da Parcela Única, que caracterizará a adesão do Programa de Recuperação Fiscal 2024.

## **CAPÍTULO II**

### **PARTICIPANTES DO PROGRAMA**

Art. 3º Podem aderir ao Programa Municipal de Recuperação Fiscal – REFIS 2024, todos os contribuintes, pessoas físicas ou jurídicas com débitos para com o Município, de natureza tributária e não tributária, além dos responsáveis tributários, sucessores, terceiros interessados, mediante pagamento da Parcela Única, caracterizando a adesão, com o vencimento definido em Decreto Municipal.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, considera-se terceiro interessado o locatário, o cessionário, o usufrutuário, o donatário, o comodatário, o arrendatário, o representante legal ou procurador regularmente constituído, o cônjuge (ou companheiro), seu descendente, ascendente em até segundo grau, seu irmão, herdeiro ou inventariante, mediante prova documental idônea dessa qualidade, autorizada em Lei específica.



# Prefeitura de Três Corações

## “Terra do Rei Pelé”

### CAPÍTULO III NÃO PARTICIPANTES DO PROGRAMA

Art. 4º Não poderão aderir ao Programa Municipal de Recuperação Fiscal – REFIS 2024, os contribuintes enquadrados em regime especial (Simples Nacional) com débito referente a este regime, conforme a legislação específica federal.

Art. 5º Os débitos de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, instituídos a título de substituição tributária, “ISSQN Retido”, não poderão ser objeto do Programa Municipal de Recuperação Fiscal – REFIS 2024, de responsabilidade do aderente.

Art. 6º Os débitos referentes a multas de trânsito municipal não serão objeto do programa.

### CAPÍTULO IV REQUISITOS E CONDIÇÕES PARA ADESÃO AO PROGRAMA

Art. 7º Para aderir ao programa, o requerente deve atender os requisitos estabelecidos no mesmo, conforme a natureza do débito a ser objeto de inclusão, assim como assumir a consolidação da dívida integral de sua responsabilidade.

### SEÇÃO I DÍVIDAS EM COBRANÇA ADMINISTRATIVA

Art. 8º Os débitos em fase de cobrança administrativa, após a adesão ao Programa Municipal de Recuperação Fiscal – REFIS 2024, mediante pagamento da Parcela Única, caracterizando a adesão, ficam expressamente confessados, restando prejudicada qualquer oposição por parte do aderente em face do programa municipal de recuperação fiscal, renunciando ao direito em que se funda a oposição.

§1º Os débitos tributários e não tributários com exigibilidade suspensa por ato da administração, ao serem incluídos no presente programa, tornam-se exigíveis e passíveis de adesão do contribuinte!

§2º Fica condicionada a adesão ao programa a apresentação, pelo interessado, da desistência do processo administrativo devidamente homologado pela autoridade competente, após o pagamento à vista do total do débito.

2



# Prefeitura de Três Corações

“Terra do Rei Pelé”

## SEÇÃO II DÍVIDAS PARCELADAS

Art. 9º Os débitos objeto do parcelamento anterior ao programa, tanto na esfera administrativa quanto judicial, cujo pagamento esteja em atraso ou não, poderão ser incluídos no presente programa.

Parágrafo único. A adesão ao programa implica em amoldar a totalidade do débito parcelado não quitado à forma de recálculo, a consolidação e pagamento conforme disposições desta Lei.

## SEÇÃO III DÍVIDAS EM COBRANÇA JUDICIAL

Art. 10. As dívidas Fiscais em cobrança judicial e/ou suspensas por decisão judicial podem ser incluídas no programa, atendidas as exigências da presente Lei.

§1º O contribuinte que possuir débito fiscal em cobrança judicial, em que não exista penhora nos autos, poderá aderir ao Programa Municipal de Recuperação Fiscal – REFIS 2024, com o pagamento da Parcela Única do Total do Débito, ficando o processo suspenso até a quitação do débito.

§2º Na hipótese do débito fiscal encontrar-se em cobrança judicial, com penhora nos autos, a Fazenda Pública Municipal deverá requerer a suspensão do processo, em petição conjunta com o contribuinte, cujo ato de penhora não será desconstituído até a quitação, acordada com o Município no Programa Municipal de Recuperação Fiscal – REFIS 2024.

§3º O contribuinte que ajuizou quaisquer processos contra a Fazenda Pública Municipal que resultou na suspensão da exigibilidade do débito fiscal, deverá renunciar expressamente ao direito em que se fundam estas ações, sejam embargos, impugnações, incidentes processuais, ações ordinárias ou declaratórias através de pedido protocolado no Fórum respectivo e homologado pelo Poder Judiciário antes da adesão ao Programa Municipal de Recuperação Fiscal – REFIS 2024.

§4º O contribuinte para optar pelo programa instituído por esta Lei, se envolvido em processo judicial de natureza fiscal, seja na qualidade de requerente ou requerido, embargante ou embargado, exequente ou executado, além de renunciar expressamente ao direito de sua pretensão, deverá reembolsar a Fazenda Pública Municipal das despesas processuais.



# Prefeitura de Três Corações

## “Terra do Rei Pelé”

### CAPÍTULO V PROCEDIMENTO PARA ADESÃO E PROCESSAMENTO

Art. 11. O ingresso no programa dar-se-á por opção do contribuinte e/ou responsável, do terceiro interessado ou de seus sucessores, mediante o pagamento da Parcela Única do Total do Débito.

Art. 12. Consolidado e calculado o débito fiscal o contribuinte estará com adesão concluída após o pagamento da Parcela Única.

Art. 13. Para os contribuintes com dívida tributária ou não, que fizerem adesão ao Programa, terão desconto de 100% (cem por cento) do valor correspondente à multa e juros de mora, com o pagamento em parcela única.

### CAPÍTULO VI INADIMPLÊNCIA E EXCLUSÃO DO PROGRAMA

Art. 14. A ausência do pagamento da parcela da dívida fiscal devidamente consolidada sujeitará o contribuinte à multa e juros legais sobre o remanescente da dívida fiscal, de acordo com o Código Tributário Municipal.

Parágrafo único. Para fins deste artigo, fica estabelecido que a falta de pagamento na data do vencimento acordado, implicará em não adesão ao programa.

Art. 15. A falta de pagamento da quota única no prazo acordado, ocasionará a exclusão do contribuinte do Programa e importará na exigibilidade da totalidade do débito fiscal remanescente, sem os descontos concedidos, com o prosseguimento dos procedimentos administrativos ou judiciais, com os acréscimos legais, deduzidos os valores pagos pelo contribuinte com idêntica correção.

### CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. A adesão do contribuinte em débito fiscal para com o Município não impede a revisão dos valores das dívidas confessadas, posteriormente, por inexatidões verificadas, para efeito de lançamento suplementar.

Art. 17. A Procuradoria Geral do Município é o órgão competente para decidir sobre os atos relacionados com a aplicação desta Lei.

Art. 18. A opção pelo programa sujeita o contribuinte à aceitação plena de todas as condições estabelecidas nesta Lei e constitui confissão irrevogável da dívida relativa aos débitos fiscais nele incluídos.



# Prefeitura de Três Corações

## “Terra do Rei Pelé”

Art. 19. A administração do programa será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Finanças, a quem compete o gerenciamento dos procedimentos previstos nesta Lei, bem como promover a integração das rotinas e procedimentos necessários ao desenvolvimento das suas atividades.

Art. 20. A presente Lei não contempla parcelamentos de obrigação contratual e financeira, assim entendidas as celebradas em contratos autônomos ou de adesão diferenciados dos previstos nesta Lei.

Art. 21. O Programa Municipal de Recuperação Fiscal – REFIS 2024, assim como as datas dos fatos geradores abrangidos, poderão vigorar por até 180 (cento e oitenta) dias da aprovação desta Lei.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, nos termos do artigo 174 da Lei Orgânica Municipal.

Prefeitura Municipal de Três Corações, 18 de novembro de 2024.

  
**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA GOMES**  
Prefeito Municipal

Três Corações, 18 de novembro de 2024.  
O Prefeito Municipal, José Roberto de Paiva Gomes, faz saber que esta Lei foi aprovada em sessão pública da Câmara Municipal de Três Corações, no dia 14 de novembro de 2024, e que esta Lei é a Lei nº 1.234 de 2024, que institui o Programa Municipal de Recuperação Fiscal – REFIS 2024, e dá outras providências.



**Certidão de Publicação**

Certifico, em cumprimento ao art. 174 da Lei Orgânica Municipal e art. 37 da Constituição Federal, que este documento foi publicado no Quadro de Aviso localizado no átrio da Prefeitura de Três Corações e no sítio eletrônico oficial do Poder Executivo Municipal, Por ser verdade, firmo presente.

Três Corações/MG, 21 de novembro de 2024

Cíntia de O. Duarte Andrade  
Agente de Gestão Administrativa  
Matrícula 1343  
Prefeitura de Três Corações